

*A imprensa e o cronista: a oposição aos governos militares brasileiros em Carlinhos Oliveira (1968) **

MÁRCIA PEREIRA SILVA**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

JEAN CARLLO SILVA***

Fundação de Ensino Superior de Passos

Resumo: Este trabalho aborda a complexa relação existente entre sujeitos individuais que atuaram na imprensa, compreendida enquanto instituição social, e os governos civil/militares brasileiros entre os anos de 1964 e 1985. Nesse sentido, destacamos a ação do jornalista e literato José Carlos Oliveira que por sua escrita fortemente ancorada no cotidiano, no pretensamente trivial, resultou em importantes flagrantes de um período marcado pelo autoritarismo. Assim, analisamos as crônicas de Carlinhos Oliveira, sobretudo as publicadas no Jornal do Brasil no ano de 1968. Por meio desses relatos evidenciamos, também, o exercício da escrita como forma de oposição à ditadura, uma alternativa para aqueles que quiseram resistir, mas não optaram pela adesão aos grupos políticos organizados, nem pela via das armas, como propunha a guerrilha.

Palavras-chaves: Ditadura; Crônica; 1968.

* Artigo submetido à avaliação em 27 de abril de 2013 e aprovado para publicação em 2 de julho de 2013.

** Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros. Atualmente é professora assistente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP.

*** Possui graduação em Comunicação Social e especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Fundação de Ensino Superior de Passos. Atualmente é professor e Coordenador de Atividades Complementares de Graduação (ACG) da Fundação de Ensino Superior de Passos.

Abstract: This paper approaches the complex relationship between individual subjects who worked for the press, which is understood as a social institution, and Brazilian civil and military governments from 1964 to 1985. In this sense, we highlight the work of the journalist and writer José Carlos Oliveira for his writing strongly related to everyday life, supposedly trivial, which resulted in important denunciations against a period marked by authoritarianism. Thus, we analyzed the chronicles of Carlinhos Oliveira, particularly those published in *Jornal do Brasil* in 1968. Through these reports we also point out writing as a way of opposition to the dictatorship, an alternative for those who wanted to resist, but they opted for neither getting involved in organized political groups nor getting involved in guerrillas.

Keywords: Dictatorship; Chronicle; 1968.

À margem da historiografia, confundindo datas, acrescentando aos fatos que todos viveram e sofreram alguns incidentes imaginários, trago como referência unicamente a minha pessoa, ela própria e não outra; meu depoimento será então forçosamente idôneo, na medida em que foi desta maneira que provei a perplexidade, a solidão, a dispersão, a cólera sufocada, o pavor que se instalou nesta nossa morada coletiva, tivéssemos ou não um partido político, fôssemos ou não graciosos idiotas, bravos resistentes ou inquisidores cruéis.

Carlinhos Oliveira, 1978

Introdução

Os governos civis militares instituídos no Brasil desde 1964 e em vigor até o ano de 1985, período conhecido como ditadura militar, utilizaram de várias estratégias de legitimação para acomodar as

forças políticas que emergiram em meados do século XX, polarizadas entre as concepções de direita e esquerda. Entre tais estratégias destacou-se, sem dúvida, a repressão.

A repressão aos opositores dos governos militares brasileiros da segunda metade do século XX contou com várias agências governamentais, cujo fim último era a tortura, prática adotada entre a legalidade e o arbítrio, considerando as “brechas” na legislação que a tornava possível e a existência dos porões do sistema que a transformava em realidade.

A necessidade de combater cotidianamente a oposição e de vigiar a sociedade de modo generalizado acabou por institucionalizar a repressão em agências como o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o Serviço Nacional de Informações (SNI), entre outras que compuseram o sistema repressivo.

No ano de 1927 foi instituído o Conselho de Defesa Nacional que passou a ser denominado Conselho de Segurança Nacional (CSN) durante o governo Vargas. Posteriormente, reformas no CSN deram origem ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), organismo que foi fortalecido durante o mandato de Juscelino Kubitschek. Data mais ou menos dos anos 50 o crescimento do anticomunismo nos serviços de informações do Estado brasileiro, muito em virtude da polarização do período conhecido como Guerra Fria e o alinhamento do Brasil junto ao bloco ocidental liderado pelos EUA.

No ano de 1964 o governo golpista reconheceu a necessidade de aprimorar o serviço de informações, cuja materialidade foi a criação do SNI. Desde então, várias agências compuseram o que ficou conhecido como Sistema Nacional de Informações. No livro *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, Carlos Fico (2001) problematizou a estreita e complexa relação entre o sistema de informações e a polícia política, chamando atenção para a possível fusão, em alguns momentos da ditadura militar brasileira, entre os oficiais de informação e àqueles encarregados mais diretamente da repressão.

A grande preocupação com os serviços e agências de informações ocorreu em um contexto histórico marcado pela desconfiança, período em que vigilância e denúncia foram termos do cotidiano dos brasileiros. A Constituição de 1967, por exemplo, estabeleceu que “toda pessoa natural ou jurídica” era “responsável pela segurança nacional”. Todos os cidadãos, por atitude comissiva ou omissa, podiam ser responsabilizados pela segurança interna. Portanto, nem todo controle social se deu por meio de “agências oficiais”.

No texto intitulado *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*, Marion Brepohl analisa, a exemplo de outros autores, como a propaganda difundida pelo governo naquele período foi suficiente para a afirmação de um imaginário fundado na lógica da suspeição e materializado na “repressão preventiva, que consistia na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade, prática consolidada pela criação do que foi denominado comunidade de informações” (MAGALHÃES, 1997, p. 2). Pessoas das mais variadas origens, profissões e cotidiano sentiram-se incentivadas a denunciar quem dentre o seu convívio tinha afinidade com a esquerda ou parecia subversivo. Pequenas atividades bastavam para a desconfiança. Explica-se: alguns, convencidos pelo discurso de que todos eram responsáveis pela segurança nacional, viam cenas nas ruas da cidade que julgavam como sinais de subversão e apressavam-se em denunciar.

Com o exposto, podemos compreender que compartilharam das ações repressivas instituições e particulares, inseridos na lógica institucional da desconfiança e da delação.

A semelhança do que aconteceu com a direita, a oposição aos governos militares não atuou somente em grupos organizados. Muito pelo contrário, a clandestinidade imposta aos Partidos Comunistas (PCB e PC do B) e a perseguição aos grupos considerados (e autodeclarados) guerrilheiros fez com que as manifestações de esquerda ocorressem sempre às margens das instituições. Jacob Gorender (1987) analisou as divergências entre os militantes da esquerda brasileira e as inúmeras organizações que foram criadas no período. Tratou o autor da guerrilha e dos adeptos do comunismo

caracterizando, sobretudo, os manifestantes que fizeram a opção pela clandestinidade.

Com efeito, naquele período, duas pareciam ser as opções para os que não compartilhavam dos ideais dos governos militares e queriam participar das atividades políticas *stricto sensu*: ou se era do Movimento Democrático Brasileiro, ou atuava-se na clandestinidade em partidos e organizações de esquerda. Dos políticos do MDB era exigida significativa concordância com o governo e tolerada alguma oposição, podendo eles protestarem contra essa ou aquela decisão do governo, mas sempre moderadamente, sob o risco de perderem o direito à vida pública/política. Para os guerrilheiros o problema era outro: sempre na clandestinidade, declinavam da convivência entre familiares e amigos para assumir o que consideravam como a “causa nacional” da democracia, mesmo que o esforço lhes impusesse solidão e, quase sempre, uma vida breve, fugidia e marcada pela incerteza.

Mas, e aqueles que não acreditavam na saída do MDB, e também não queriam os sobressaltos e a violência da clandestinidade? A historiografia mais recente já apontou outras formas de oposição, mais ou menos afastadas da guerrilha e dos partidos políticos. São exemplos desse tipo de resistência ao autoritarismo a imprensa e a arte. Marcos Napolitano (2001) aponta como segmentos artísticos engajados o cinema, o teatro e a música popular brasileira.

Devotados à arte da escrita, jornalistas, cronistas e escritores em geral puderam contar com o mercado editorial, sobretudo com os jornais, meio de comunicação dos mais difundidos no período, para expressar opiniões das mais variadas. Consideramos que os jornais propiciavam regozijante espaço para o mostrar/esconder daqueles que preferiram não pegar em armas, mas não puderam conviver como se não percebessem o autoritarismo, a opressão e a tortura.

Nesse sentido, este artigo toma uma das instituições mais promissoras das décadas de 60 e 70 do século XX – a imprensa, um jornal muito representativo para o período – *Jornal do Brasil*, em uma cidade que estava no centro da política nacional – o Rio de Janeiro e o papel desempenhado pelo escritor Carlinhos Oliveira, importante cronista

brasileiro que trabalhou ativamente durante o período dos governos militares brasileiros, opôs-se ao autoritarismo e impactou na forma como a população carioca, e os demais leitores do período, perceberam o período. Em virtude da vasta produção do cronista, selecionamos apenas aquela publicada no *Jornal do Brasil* no ano de 1968.

A personagem

José Carlos Oliveira nasceu em agosto de 1934, no Morro de São Francisco, em Vitória, Espírito Santo, Brasil. Teve vida humilde, marcada pelo trabalho e pela tragédia. O pai suicidou-se em 1939, quando Carlinhos tinha quatro anos de idade, deixando uma viúva e sete filhos.

Ele estudou em colégio religioso e em escola pública de forte tendência católica, religião à qual se converteu no final da vida, depois de décadas se proclamando ateu. Sempre gostou de ler, envolvia-se com jornais e diversas atividades relacionadas à escrita e à literatura desde a infância. Na adolescência, Carlinhos escrevia para o periódico local, *Folha do Povo*, e, após polêmico artigo no qual achincalhou a elite intelectual, formalista e provinciana da capital capixaba – o que lhe rendeu um processo judicial – decidiu mudar-se para o Rio de Janeiro. À Vitória só retornaria em 1985, já doente e para morrer sete meses depois. No Rio foi redator de diversos jornais e revistas, destacando-se a *Revista Manchete* e o *Jornal do Brasil*, no qual trabalhou por 23 anos ininterruptos, de 1961 a 1984.

Assim que chegou ao Rio de Janeiro, Carlinhos tratou de procurar trabalho em atividades com as quais tinha alguma experiência, em jornais e revistas, como escritor ou revisor. Após dois meses de procura empregou-se na empresa intitulada *A Noite*, órgão que no conjunto detinha um jornal, uma revista semanal e uma emissora de rádio.

“O diretor da revista, Celestino Silveira, aceitou mais um colaborador”. Segundo Jason Tércio (1999, p. 47), Carlinhos publicava sempre na primeira página e suas reportagens “se diferenciavam das demais pela linguagem literária, com técnicas de ficção: descrições de cenas e

ambientes, diálogos, atmosfera emocional e um detalhe raro até hoje nesse gênero – ponto de vista na primeira pessoa”.

Boêmio e polemista, Carlinhos rapidamente se adaptou ao universo da zona sul carioca povoada por jornalistas, atrizes, atores, poetas e intelectuais, ambiente próprio das grandes cidades do Brasil da segunda metade do século XX (TÉRCIO, 2005; TÉRCIO, 1999).

O frenético investimento nas cidades brasileiras verificado após a proclamação da República fez da vida nas urbes e do próprio espaço urbano rico objeto de produção de artistas e intelectuais em geral, mais ou menos populares. “A Viena de Freud, a Paris de Baudelaire, a Lisboa de Pessoa, a Londres de Virginia Woolf, Dickens e Poe” (O’DONNELL, 2008, p. 18), a Brasília de Renato Russo, o Rio de Janeiro de João do Rio e, porque não dizer, de Carlinhos Oliveira.

Viver e registrar a cidade significava selecionar registros vários, recortar a realidade da urbe em diferentes versões do cotidiano das pessoas para, então, interpretar e construir narrativas marcadas pelo evento/acontecimento e pelas percepções do cronista.

Pelas crônicas de Carlinhos é possível perceber as nuances da vida carioca e, por extensão, do país. Nesse sentido, escreveu Zuenir Ventura (2008, p. 49), autor de conhecida obra sobre o movimento estudantil do período dos governos militares brasileiros: “talvez mais do que qualquer cientista social [...] [ele tivesse] uma aguda percepção da realidade”. Para o jornalista Ruy Castro (Cf. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, p. D-5), “melhor do que ninguém, Carlinhos refletiu nossa trêmula relatividade de julgamentos, nosso medo de formar opinião e demais mazelas (da direita e da esquerda) que assolaram a vida cultural brasileira durante a ditadura”.

Ele ganhou popularidade, ou ao menos mais leitores, entre os anos de 1961 e 1984, período em que trabalhou para o *Jornal do Brasil*, periódico do Rio de Janeiro e de considerável projeção nacional. Carlinhos Oliveira, dessa forma, escreveu durante todo o período do autoritarismo para o *JB*. Posicionou-se contra os governos instituídos, não foi preso e não conheceu os porões da repressão. Foi, igualmente, um dos cronistas mais profícuos do período que compreende os governos militares, mas caiu praticamente em

ostracismo, embora sua presença não tenha passado de todo despercebida. Ainda que existam publicações de alguns dos seus diários pessoais, compilação de crônicas e uma biografia, a produção acadêmica (dissertações e teses) não o descobriu.¹

Neste trabalho, consideramos que, como muitos intelectuais do período, ele não compactuava com o autoritarismo nas relações políticas e sociais, mas não tomou o caminho dos movimentos de esquerda declarados, da guerrilha e da consequente clandestinidade. Fez parte daqueles que não se alinharam a nenhuma legenda ou grupo organizado, entre eles jornalistas, cronistas, artistas e produtores de modo geral. Ele queria escrever, ansiava pela vida na cidade grande, queria ser lido e apreciado pela opinião pública e, quem sabe, dialogar com a sociedade de forma mais ampla.

Como todo cronista, Carlinhos debruçou-se sobre temas variados, imagens e detalhes do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro e do país, fragmentos da história imortalizados na memória da personagem. Suas crônicas informam, então, sobre a realidade dos anos que as ambientaram, bem como revelam a identidade do autor.

Para este artigo, repetimos, escolhemos o que ele publicou no ano de 1968, no *Jornal do Brasil*, e acrescentamos, por dois motivos. Primeiro, por ter sido o período em que suas crônicas mais diretamente afrontaram o poder instituído e, em segundo lugar, por ser esse um ano muito representativo para a esquerda nacional, sobretudo, para o estado do Rio de Janeiro (espaço privilegiado das crônicas de Carlinhos) e para o movimento estudantil, tema que se sobressai entre os escritos dele.

¹ Em levantamento realizado nos bancos de teses e dissertações dos departamentos de História da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas não foi encontrado nenhum trabalho sobre José Carlos Oliveira. Contudo, em “Cães de Guarda – Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988” da historiadora Beatriz Kushnir, há uma citação referente ao autor em questão, trata-se da transcrição de excerto da crônica intitulada “Contra a censura, pela cultura” publicada em 13 de fevereiro de 1968 no Caderno B do *Jornal do Brasil*. Todavia, a historiadora não cita o autor, identificando-o apenas como “jornalista”. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 24. Ver também: VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 3ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, p. 49.

O papel do escritor na crítica social dos chamados “anos de chumbo” foi descrito pelo próprio Carlinhos, como a obrigação de relatar o cotidiano da perspectiva da crítica social: “Devemos escrever a respeito de nós mesmos e das pessoas que nos cercam com toda sinceridade e dando a cada pessoa o nome que ela tem. [...] O repórter, o penitente, o historiador e o romancista formarão uma única pessoa” (OLIVEIRA, 1995, p. 112).

No conjunto, acreditamos que Carlinhos Oliveira adotou a escrita como forma de lidar com o autoritarismo. Ele foi um dos muitos autores que problematizaram o período, influenciando na forma como a sociedade percebeu os governos militares, sem necessariamente engrossar as fileiras dos manifestantes torturados pela comunidade de segurança.

O cronista e os governos autoritários militares

Por ocasião do golpe de Estado de 1964, na manhã de 1º de abril, Carlinhos estava “refugiado” em um sítio na região serrana do Rio de Janeiro. Entretanto, o (auto)exílio não foi motivado por posições políticas. Carolina: esse era o nome da motivação. Nesse período ela e o jornalista viviam um escandaloso namoro. Isso porque Carolina era de família tradicional e, mais do que isso, era casada com um ilustre membro da elite carioca. Tão conturbada quanto a cena política nacional eram as relações amorosas de Carlinhos.

No entanto, naquele primeiro momento, sem muitas informações, sobre o que de fato ocorria no Rio de Janeiro, Carlinhos registrou em seu diário a sua preocupação com um regime de direita, mas também o seu desgosto com os “esquerdistas”: “A arrogância dos comunistas & simpatizantes decididamente não me agrada, mas também não vejo com bons olhos a perspectiva de um regime de extrema-direita (OLIVEIRA *apud* TERCIO, 1999, p. 151).

Ao retornar ao Rio de Janeiro, encontrou uma cidade com as ruas silenciadas. No lugar de passeatas e comícios havia patrulhas e soldados. Posicionou-se, então, firmemente contra a “revolução” e “previu um

crescente radicalismo, não acreditando no lero-lero oficial que prometia a devolução do poder aos civis em curto prazo” (TERCIO, 1999, p. 153). Sobre o assunto escreveu Carlinhos: “A linguagem dos vitoriosos torna-se dia a dia mais irracional; dir-se-ia que o apetite deles é bem maior do que eles próprios suspeitavam. Veem inimigos dentro de livros, inimigos dentro de cabeças [...] Chamemos isso de *dialética do apetite*” (Cf. *Jornal do Brasil*, 1964, p. 17). O apetite, como anos depois seria confirmado, realmente era bem maior, uma vez que a característica provisória da intervenção não se confirmou e o regime ditatorial vigorou até 1985.

Nos quatro primeiros anos de vigência dos governos militares, Carlinhos escreveu sobre vários temas, muitas vezes satirizando o poder instituído e a repressão. Mas, imaginamos, as crônicas com as críticas mais contundentes foram diluídas em meio a grande produção noticiosa, publicada diariamente.

Carlinhos Oliveira e o ano de 1968

“Estamos numa ditadura disfarçada de democracia, ou numa democracia disfarçada em ditadura” (OLIVEIRA, 1995, p. 65). Assim Carlinhos Oliveira tratou do ano de 1968, uma das datas mais significativas da experiência política autoritária na América Latina.

O ano de 1968 entrou para a história internacional em virtude dos acontecimentos de maio e sua abrangência nas questões dos movimentos sociais, da igualdade racial, da democracia e da luta contra o autoritarismo, seja de direita ou de esquerda. Os movimentos políticos que eclodiram no ano em questão em diferentes países tinham conteúdos políticos diferentes, fato que resultou na constituição de uma memória multifacetada sobre 1968: há quem afirme a importância do período em termos de participação da população em geral, como há quem afirme que esse foi o tempo de crise das ideologias (FICO; NASCIMENTO, 2010).

No Brasil, um dos primeiros escritos amplamente divulgado sobre 68 foi o de Zuenir Ventura, *1968: O ano que não terminou*, obra cujo tema é o

movimento estudantil. A Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro projetou 1968 como o ano das manifestações juvenis no país. Outros estudos deram singularidade à data pela edição do AI-5 e do acirramento da repressão.

Da perspectiva da imprensa, tema mais próximo deste texto, 1968 marca o aumento das possibilidades da censura no Brasil:

Em 1968 a legislação de imprensa sofreu um terrível abalo. A Ato Institucional no.5 [...], em seu artigo 9º, conferiu ao Presidente da República poderes para a imposição de censura prévia sobre os seios de comunicação, bastando-lhe para tanto que julgasse tal ato “necessário à defesa da Revolução”. A nova prerrogativa censória foi largamente utilizada ao longo dos anos seguintes e todos os veículos de comunicação foram atenta e duramente censurados (COSTELLA, 2001, p. 3056).

Com efeito, a censura prévia foi mesmo instituída em 1970 pelo Decreto Lei n. 1077, mas a partir das prerrogativas do texto do AI-5. Nesse sentido afirmou Beatriz Kushnir (2004, p. 115): “Os poderes que o AI-5 outorgava legalizavam o ilegalizável”.

No ano de 1968 a política nacional estava polarizada. Não havia mais lugar para ponderações: a esquerda partiu para as ruas, o movimento estudantil, a guerrilha urbana e a rural. A cidade do Rio de Janeiro transformou-se em palco privilegiado dos conflitos entre o Estado e os estudantes, e Carlinhos tinha, diante de si, o desenrolar da política nacional.

No ano de 1968 Carlinhos publicou cerca de 270 crônicas. Escrevia diariamente, nos seis dias da semana em que era editado o *Jornal do Brasil*, e tinha férias anuais. Desse montante, pelo menos 102 estão relacionadas com os governos militares e podem ser pensadas a partir de dois grupos: as que falam claramente dos governos militares e de tudo o que diz respeito à política do período (54 crônicas) e as que abordaram eventos do cotidiano, como festas e outras comemorações e, aqui e ali, incorporaram elementos do autoritarismo ou de seus opositores (48 crônicas). Vejamos um exemplo do segundo grupo de crônicas:

Sempre que vou ao Maracanã, o Botafogo vence; sábado, quebrou-se a escrita. A torcida vascaína, ocupando uma terça parte do estádio, era maior do que a população de Ipanema. Um homem agitando a bandeira do Vasco passou em frente à torcida botafoguense. Por pouco não foi massacrado. Arrancaram-lhe a bandeira, vaiaram-no, jogaram em cima de dele uma porção de bolotas de papel. Enquanto isso, *o PARA-SAR poderia estar lançando um psicanalista no meio do Oceano Atlântico: ninguém notaria* (OLIVEIRA, 1995, p. 217, grifo nosso).

O fragmento anterior é um bom exemplo da estratégia do autor: ao descrever um conflito entre torcedores em um jogo de futebol, falou de uma das atividades mais populares do Rio de Janeiro no período (assistir uma partida em um estádio lotado), arrematando com a ideia de que os corpos dos presos políticos que não resistiam à tortura eram descartados e esse fato era tão corriqueiro quanto o anterior.

Quando o cronista evitou subterfúgios

O primeiro grupo, composto pelos escritos que abordam temáticas consideradas por nós como reconhecidamente políticas, tem por principal característica o não uso de camuflagem, subterfúgios retóricos. Essas crônicas se concentram no que ocorria no cenário nacional, mas também no internacional, e falavam diretamente à sociedade e ao próprio governo, por conseguinte.

Podem ser elencadas nessa categoria as crônicas que relatam as manifestações estudantis, os casos de censura ao teatro e, embora em menor quantidade, os sequestros políticos e a tortura.

Ao tratar da questão estudantil de modo geral, Carlinhos criticou o que considerava ser a exagerada preocupação do governo com os jovens estudantes. Começou em 07 de janeiro caracterizando as reivindicações do

movimento estudantil como “próprias da juventude” e propôs, ironicamente, ao presidente “Seu Artur” uma “Solução Final” para o assunto:

1. Será considerado estudante todo brasileiro maior de 18 anos.
2. As mulheres não serão levadas em consideração.
3. Os estudantes serão convocados para a escola.
4. Fica proibido o uso de uniforme. E será obrigatório o uso de uma farda estudantil.
5. Os estudantes do primeiro ano farão contingência para os estudantes do segundo ano. Os do segundo ano farão contingência para os do terceiro ano, e assim por diante.
6. Todo estudante é responsável pela segurança nacional. Se alguém chatear alguém na rua, os estudantes descerão a lenha no chato.
7. No primeiro ano do currículo, o aluno se chamará *estudante raso*. Ao receber o diploma: sargento-estudante.
8. Os professores deverão conhecer a técnica de acionar canhões, metralhadoras e demais armas de guerra.
9. Esse conhecimento, é claro, não será transmitido aos estudantes enquanto estes não se mostrarem capazes de zelar pela ordem pública.
10. Estudante reprovado é estudante subversivo. Cadeia para ele.
11. Estudante relapso é estudante corrupto. Pau nele.
12. Os excedentes serão considerados estudantes de terceira categoria (OLIVEIRA, 1995, p. 11-12).

1968 começava e Carlinhos divertia-se ao apontar a incoerência do comportamento dos governos militares em relação à questão estudantil, como atesta o fragmento anterior. Três meses depois, um incidente na Cinelândia daria início a radicalizados conflitos entre os estudantes e os poderes constituídos.

No dia 28 de março de 1968 anunciava-se mais uma manifestação estudantil na forma de passeata pelas ruas do Rio de Janeiro em prol de mais vagas na Universidade e de melhores condições para o restaurante

Calabouço, local frequentado por muitos estudantes universitários e secundaristas para refeições mais baratas. Houve enfrentamento e a força policial invadiu o restaurante, vitimando o secundarista Edson Luís. Nas semanas que se seguiram aconteceram vários protestos em diferentes lugares do país, associando manifestantes de esquerda, pacifistas e simpatizantes.

Carlinhos publicou as crônicas intituladas “*Antes*”, “*Durante*” e “*Depois da violência*”, respectivamente nos dias 03, 04 e 05 de abril. Nas palavras do autor: “O golpe ou revolução de 1º. de abril de 1964 completa quatro anos sem festa, com o cadáver de uma criança atravessado entre ele e os corações sensíveis” (OLIVEIRA, 1995, p. 65-69).

Em junho, como aponta Daniel Aarão (2008, p. 23-24), “o transbordamento das reivindicações para as ruas seria mais consistente e orgânico [...] as lutas radicalizavam-se”. No Rio de Janeiro, estudantes antes reunidos na Reitoria da UFRJ, mais uma vez tiveram um embate, ainda que desproporcional no sentido de aparato, ou seja, pedras e paus contra gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Muitos estudantes foram espancados e passaram por situações humilhantes que ganharam, por meio de fotografias, as páginas de vários jornais. Os acontecimentos dos dias 18, 19 e 20 de junho foram assim descritos por Carlinhos:

Então os estudantes começaram a correr na direção da Presidente Vargas [...] no meio da correria, mudando de ideia, eis que eles se puseram a correr em sentido contrário, na direção dos policiais que, do lugar em que eu estava, não conseguia ver. Surgiram vários rapazes carregando baldes cheios de pedras. Cada estudante apanhou uma ou duas pedras e continuou avançando contra os repressores. Surgiram, também, ninguém sabe como, alguns sacos recheados de toalhas, com os quais eles improvisaram uma barricada. Alguns mostruários de vidro, nos quais um jornal exibia sua primeira página, foram quebrados e colocados no asfalto, junto dos sacos. Dois boeiros foram arrebatados e seus cacos espalhados no chão. Uma corda de arame e ferro dói estendida de um lado e outro da Avenida, e amarrada em dois postes.

Então os estudantes desapareceram. Simplesmente desapareceram (OLIVEIRA, 1995, p. 122).

No dia seguinte, 21 de junho, os estudantes protestaram contra os acontecimentos registrados no dia anterior: a chamada sexta-feira sangrenta. Contaram-se baixas dos dois lados, muitos feridos e mais de mil pessoas presas. A violência da repressão no Rio de Janeiro foi denunciada por parcela da imprensa nacional, incluindo Carlinhos:

Os cariocas amanheceram hoje com as mãos trêmulas; no café da manhã, os jornais lhe serviram fotografias hediondas. Moças e rapazes deitados de bruços, com a cara enfiada na grama; moças forçadas a andar de quatro diante de insolentes soldados da PM; dezenas de estudantes encostados a um muro e com as mãos segurando a nuca [...]. Resultado mais do que lógico: hoje, o povo na avenida está vaiando violentamente os choques da Polícia Militar [...]. O povo tomou partido, baderna por baderna, violência por violência, a dos garotos é mais simpática [...] (OLIVEIRA, 1995, p. 124-125).

E na mesma crônica, o autor descreveu mais um enfrentamento:

Outra confusão na avenida. Volto à janela. Umhas vinte bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas desde o Edifício Avenida Central. A multidão refluíu para as ruas transversais [...] na Avenida deserta, cinco carros do DOPS [...]. Outra vez o gás me queima os olhos. Uma colega me oferece limão para cheirar [...]. Enfim, irmãos, seja o que Deus quiser. Bom fim de semana para vocês – Se é que haverá fim de semana (OLIVEIRA, 1995, p. 124-125).

Obrigado a ceder em virtude da opinião pública, o governo retirou a patrulha policial ostensiva das ruas. Estavam estabelecidas as condições que resultaram na passeata dos 100 mil. Com ela o povo ocupou as ruas e praças de forma pacífica, mas apresentando reivindicações e denúncias. O Rio de

Janeiro ainda assistiu mais uma manifestação sem enfrentamento, a última, a dos 50 mil, em 3 de julho.

Apesar das passeatas, o movimento estudantil se esvaziou. É bem verdade que considerável parcela dos estudantes aderiu às organizações da guerrilha urbana, foram presos e muitos desapareceram. Aqueles que ficaram no movimento estudantil assistiram seu ocaso no Congresso de Ibiúna.

O Encontro Nacional dos Estudantes foi organizado clandestinamente, mas invadido um dia após seu início (11 de outubro). Na ocasião, foram presos cerca de 700 líderes estudantis.

Pelas crônicas de Carlinhos podemos acompanhar a história do movimento estudantil no ano de 1968. Sobre o assunto, escreveu Vladimir Palmeira, o estudante líder da “Passeata dos Cem Mil”, em posfácio ao livro de Carlinhos Oliveira (1995, p. 268):

As crônicas do José Carlos Oliveira compõem um retrato de como evoluíram os acontecimentos em 1968. [...]. Carlinhos Oliveira era muito lido e representava a ótica da classe média carioca [...]. Suas crônicas traduzem, então, [...] a opinião pública que, embora se visse incomodada com os desarranjos provocados pelas passeatas, como a interrupção do trânsito, via com simpatia aquele movimento. Não era apoio propriamente, mas simpatia e identificação em relações aos estudantes.

É notório o interesse do cronista pelos estudantes, bem possivelmente pela sua própria tragédia pessoal de estudante pobre, obrigado pela mãe a frequentar escola conservadora e mal compreendido na ânsia que tinha por literatura; seu primeiro contato com o jornalismo foi na adolescência escolar, chegou ao Rio de Janeiro com 18 anos e tinha apenas 34 anos em 1968. A opção profissional de Carlinhos também explica porque ele tanto se ateu à censura:

Sabe-se que o Ministro da Justiça pensa uma coisa a respeito de censura a peças de teatro e filmes, enquanto os dois militares com maior poder na Censura pensam

outra coisa, e bastante diferente. O Ministro Gama e Silva recebe os artistas com sorrisos e diz coisas que são interpretadas como manifestações de liberalismo. Já o General Façanha prefere acreditar que o cinema brasileiro esteja infiltrado de prostitutas, homossexuais e comunistas, e o Coronel Campelo se sentiria extraordinariamente feliz se pudesse fazer com que nossos dramaturgos engolissem os palavrões escritos em suas peças (OLIVEIRA, 1995, p. 53).

Interessante notar que a censura sobre a qual Carlinhos se debruçou era a do teatro, não propriamente a da imprensa escrita. Mesmo assim, o autor revela, na citação anterior o quão confuso era o desenrolar da censura no Brasil.

De forma geral, podemos dividir a censura em “censura da imprensa” e “censura das diversões públicas”. A primeira pautou-se por regulamentações das atividades do cotidiano de trabalho dos profissionais e daquilo que era permitido divulgar, por meio escrito ou oral, sob pena de processos por “subversão”. Já a “censura das diversões públicas” era muito mais abrangente, uma vez que se inseria na história republicana do conflito entre setores conservadores da sociedade e os debates relativos às mudanças comportamentais (liberdade sexual, papel feminino, sociedade, hippie etc.). A resistência de setores mais conservadores aos grupos que propunham uma espécie de liberalização dos costumes ganhou um importante aliado na legislação produzida pelos governos militares, sob a alegação de proteger a moral e os bons costumes (FICO, 2002).

Com a edição do AI-5, em 1968, tudo ficaria mais complicado, pois esse Ato Institucional permitiu a censura prévia, criada oficialmente pelo Decreto-Lei no. 1077, no ano de 1970. O estabelecimento da censura prévia resultou em censores instalados na redação dos principais jornais do país.

Apesar de toda a legislação e a disposição dos governos instituídos para a censura, Carlinhos Oliveira não fez da censura à imprensa escrita tema de suas crônicas. Tal fato talvez possa ser compreendido se considerarmos a

dificuldade que os órgãos da repressão tiveram com a implantação da legislação.

Vejam. Enquanto a censura era posterior à publicação, a ideia é que se investigassem periódicos e jornalistas que fossem denunciados. Portanto, quem escrevesse quaisquer matérias poderia ser acusado de subversivo (e ficar sujeito às penas legais) mesmo meses após a publicação original. Com a censura prévia, os jornais receberam censores que autorizavam a publicação daquele jornal, e de outros que por serem menores e do interior do Brasil, para lá enviavam os seus rascunhos. Como o montante do trabalho era bem maior do que a quantidade de censores disponíveis, muitas matérias eram aprovadas por eles, permitindo aos periódicos argumentar que não perceberam o teor subversivo dos textos, tanto que até o dito censor o tinha autorizado.

O que queremos é enfatizar que, se a censura já era complicada quando dependia de denúncias, ficou ainda mais complexa depois do AI-5, ainda mais quando se tratava de crônicas e textos literários que, por sua própria natureza, permitia interpretações variadas e exigia maior formação do censor.

Inferimos que a diferença entre o legislar sobre a censura nos periódicos impressos e o fazer valer a lei através das instituições de repressão explica a relativa liberdade com que escrevia Carlinhos Oliveira, bem como o fato de ele, nas crônicas, criticar a censura aos meios considerados de diversão (teatro e cinema) e não aos jornais (meio de comunicação em que ele próprio atuava).

Outros temas recorrentes nas crônicas de Carlinhos foram o desaparecimento de pessoas acusadas de subversão e a tortura. Claramente ele falou sobre o desaparecimento da atriz Norma Bengell, da ação do CCC – comando de caça aos comunistas (Cf. OLIVEIRA, 1995, p. 219) e da tortura dos irmãos Rogério e Ronaldo Duarte e advertiu: “temos que ir atrás dos torturadores, para que sejam denunciados e punidos, a fim de que possamos todos dormir em paz” (OLIVEIRA, 1995, p. 79).

Embora tenha criticado diretamente a ação da política autoritária do Estado brasileiro nossa personagem, repetimos, não foi vítima da repressão.

O riso demente como arma libertadora²

No segundo grupo dos escritos de Carlinhos no ano de 1968 agrupamos 48 crônicas. Elas oferecem retratos do cotidiano, aparentemente afastados das questões da política *stricto sensu*, mas mencionam elementos que fazem alusão à repressão, à censura e a oposição ao governo instituído. Já apresentamos um exemplo desse tipo de estratégia no início do texto, quando citamos a crônica “*Que loucura*”, cujo tema central parecia ser uma partida de futebol.

Também integram esse grupo publicações em que Carlinhos, alegoricamente, narrou situações absolutamente imaginárias, mas com significados bem concretos. Sobre o assunto, escreveu De Decca (1991, p. 50), “com a censura do Estado invadindo a redação dos jornais e com a proibição de obras literárias, musicais e teatros, os intelectuais que se opuseram ao regime militar” tiveram de atuar nos interstícios dos mecanismos censórios para produzir um material de qualidade, embora complexo, por ser repleto de figuras de linguagem, como a metáfora. Segue um exemplo de

Os deputados federais Paulo Pinheiro Chagas e Bias Fortes Filho viram um disco voador sobrevoando Brasília. O primeiro fez um relato à Câmara e o segundo confirmou. Entretanto, não é a primeira vez que isto acontece. Em princípios de 1964, dois objetos não identificados – um, em forma de foice, outro em forma de martelo – deslizaram docemente sobre o Palácio da Alvorada. Eram brilhantes e silenciosos. Ficaram até algum tempo, balançando sobre o Palácio que acendera todas as suas luzes, e depois, em grande velocidade, desapareceram no horizonte. Tão logo sumiram, as luzes

² A frase foi utilizada pelo próprio Carlinhos em 9 de novembro de 1977 sob a alegação de que era preciso introduzir o “humor negro no drama de uma tragédia brasileira”, afim de melhor caracterizar a situação política brasileira. Ver: TÉRCIO, Jason (org.). *Diário Selvagem. O Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 63.

do Palácio se apagaram. Deste fato tiveram conhecimento os serviços de segurança, os altos escalões militares e numerosos políticos – entre estes o Sr. Carlos Lacerda. [...] o próprio Presidente, bem como os auxiliares mais chegados, tinham sido substituídos por marcianos iguaizinhos a ele. O Brasil já estava nas mãos do planeta vermelho. [...] Não apenas o Presidente e seus auxiliares de confiança, mas grande parcela do povo havia sido substituída por igual número de invasores. Poetas, jornalistas, estudantes, operários, camponeses, militares, deputados, senadores, prefeitos das mais longínquas paragens e até duas ou três entre as Dez Mais Elegantes – todos eram marcianos, todos rezavam pela cartilha de um astro estranho aos nossos costumes e tradições. [...] E foram todos violentamente expulsos, presos, denunciados, cassados. A esperança era conter, a qualquer preço, a substituição, um por um, dos 80 milhões de brasileiros por 80 milhões de marcianos (OLIVEIRA, 1995, p. 19-20).

Apesar dos recursos de linguagem empregados, na crônica anterior intitulada a “*Marca dos Invasores*”, Carlinhos falou da repressão ao Congresso, das perseguições políticas, da crise da democracia e do Golpe de Estado. Os marcianos vermelhos representavam uma significativa parcela da população nacional (entre governantes e governados) que aderiu a ideias de democracia diferenciadas da coligação civil-militar que protagonizou o golpe de 1964. Essas ideias foram cogitadas enquanto possibilidades para o futuro do Brasil no período do governo de João Goulart, mas sumiram, como os marcianos, com o golpe de Estado.

A ficção, enquanto estratégia de escrita em tempos de censura e repressão, já foi identificada nos romances do período pela pesquisadora Lígia Chiappini (1998, p. 203): “Voltados para a realidade imediata, vários desses romances tentam compensar literariamente a análise explícita e brutal da violência da ditadura, do terrorismo e do processo modernizador, por meio de uma técnica de ficção muito avançada, no trabalho com o fragmento, a montagem e a metalinguagem”.

Carlinhos igualmente satirizou o cotidiano marcado por elementos do autoritarismo, utilizando-se, fartamente da ironia. Ele, aliás, costumava dizer que a “ironia é apenas o passo inicial, o estudo do ânimo do inimigo” (OLIVEIRA, 1995, p. 73).

Em crônica publicada em 17 de julho de 1968, por exemplo, Carlinhos narra uma noite de domingo em que foi, com amigos, jantar em uma churrascaria. Durante a refeição, todos notaram a presença de um homem, “com uma grande pinta”, que, após muita discussão, decidiram tratar-se de um general, “comandante do Exército, amigo íntimo do Presidente, e ainda por cima um cobra em matéria de política!”. A identificação do general causou espanto geral, definido pelo cronista pelo fato de que ele e os amigos estavam preparados para “dizer não aos generais em geral”, mas nunca tinham imaginado que os generais gostassem de comer churrasco, ainda mais na mesma churrascaria que eles frequentavam. Afinal, é mais fácil tolerar aquilo com o qual não temos de conviver. Carlinhos foi então destacado para falar com o tal homem, mas não conseguiu cumprir a tarefa porque tinha descoberto naquele momento que tinha medo de generais. A cena termina com um dos amigos de Carlinhos (o professor) levantando-se para ir ao banheiro e sentando-se subitamente, ao perceber que o general fazia a mesma coisa. E completa o autor: “Em nome de oitenta milhões de brasileiros, civis e militares, tive vontade de gritar – ‘Queremos a democracia do pipi!’” (OLIVEIRA, 1995, p. 148-9).

No geral, Carlinhos Oliveira se valeu de diferentes recursos de linguagem. As crônicas do autor, publicadas no *Jornal do Brasil*, fornecem muitos elementos para a compreensão do ano de 1968, desde uma vista aérea sobre o espaço (sobretudo o Rio de Janeiro) e o tempo (1968), até as particularidades do movimento estudantil, mas especialmente sobre a atividade de registrar a memória de um importante cronista brasileiro que, como outros intelectuais, elegeu a escrita como forma de pensar o mundo e interagir com a realidade.

Referências

Documentação primária

- CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CASTRO, R. Militante dos sentidos próprios e alheios. *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1999. Caderno 2, p. D-5.
- OLIVEIRA, C. Crônicas do ano de 1968. In: *Diário da Patetocracia: crônicas brasileiras*, 1968. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.
- OLIVEIRA, C. Carta aberta – 2, *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1964. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640514&printsec=frontpage&hl=pt-PT>.
- PALMEIRA, V. Os estudantes nas ruas contra um mundo chato e repressor. Depoimento – Posfácio. In: *Diário da Patetocracia: crônicas brasileiras*, 1968. Rio de Janeiro: Graphia, 1995, p. 268-274.
- TÉRCIO, J. (org.). *Diário Selvagem: o Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Obras de apoio

- CHIAPPINI, L. Ficção, cidade e violência no Brasil pós-64: aspectos da história recente narrada pela ficção. In: LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 201-217.
- COSTELLA, Antonio. Verbete Lei de Imprensa. In: ABREU, Alzira Alves (et. al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 3057-3059.
- DE DECCA, E. Os intelectuais e a redemocratização no Brasil. In: KOHUT, K. (ed.). *Palavra e poder: Os intelectuais na Sociedade Brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1991, p. 43-52.

- FICO, Carlos. Prezada censura. Cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 5, p. 251-281, set. de 2002.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *1968: 40 anos depois – História e Memória*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2010.
- GORENDER, Jacob. *Combates nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAGALHAES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 de maio de 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História do Brasil, n.28, 2001, p. 103-124.
- O'DONNELL, J. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- REIS FILHO, D. *1968: A paixão de uma utopia*. 3ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- TÉRCIO, J. *Diário Selvagem: o Brasil na mira de um escritor atrevido e inconformista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TÉRCIO, J. *Órfão da Tempestade: A vida de Carlinhos Oliveira e da sua geração, entre o terror e o êxtase*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- VENTURA, Z. *1968: O ano que não terminou*. 3ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.